



# PLANO ESTRATÉGICO

F A R O 2 0 2 5





# Índice

- ⓪ Nota de apresentação
- 1 Sumário Executivo
- 2 Programa Estratégico
  - 2.1 Visão
  - 2.2 Apostas
  - 2.3 Eixos de desenvolvimento
  - 2.4 Objetivos Estratégicos
  - 2.5 Políticas e Medidas
  - 2.6 Projetos prioritários
  - 2.7 Fontes de financiamento
  - 2.8 Uma Gestão Local Partilhada



# PLANO ESTRATÉGICO

F A R O 2 0 2 5



---

## ⓪ Nota de apresentação

Sendo certo que não haverá pessoas, nem organizações, nem empresas, que não pensem o seu futuro no dia-a-dia, fácil será de compreender que os territórios que também não o fizerem seguirão o rumo do aleatório, do acaso, ou, pior do que isso, dependerão das atuações e decisões de terceiros.

Como em qualquer outra situação, também o futuro do nosso território e do nível de qualidade de vida dos seus residentes, poderá e deverá ser pensado para além dos próximos meses, ou mesmo anos.

Ter uma atitude responsável nos dias de hoje é compreender e interiorizar que, qualquer território que não prepare e projete o seu futuro, e não trabalhe de forma coesa, consentânea e integrada para o alcançar, estará condenado a seguir o que decorrer das decisões dos outros, ou dos resultados cruzados que resultem do processo de desenvolvimento de outras cidades, regiões e países.

Não será necessariamente verdade que tudo o que pretendemos, pensamos e planeamos, será conseguido. Mas, pior do que não fazer, será nem pensar, nem perspetivar e nem procurar motivar os mais diversos interessados e atores locais para um trabalho em comum percorrendo (tanto quanto possível) um mesmo rumo, através do qual, pensamos nós, poderemos vir a ter um melhor local para viver, no Faro do futuro.

Num quadro de enorme incerteza como aquele que hoje vivemos, à escala europeia, nacional e mesmo regional, em especial quanto ao futuro da nossa base económica (até hoje demasiado concentrada em torno do turismo), muitos se perguntarão para que servirá pensar-se e programar-se o médio e o longo prazo, quando nem para o dia-a-dia temos a necessária estabilidade para uma tomada de decisão suportada num mínimo de riscos.

Utilizar cada um dos nossos recursos base, desde o solo até aos meios financeiros, mas passando também pelas pessoas, recursos naturais, equipamentos, serviços e infraestruturas de forma mais criteriosa, mais do que um mero interesse, passou a ser uma responsabilidade, de modo a que no futuro o nível e qualidade de vida atuais, no mínimo, possam ser mantidos.

Pior que ter poucos recursos será desperdiçá-los, alterando o rumo, as opções, fazendo e desfazendo programas de trabalho, de organização e gestão dos nossos recursos, e sobretudo trabalhar de forma isolada sem potenciar as vantagens de um trabalho integrado no território, sem utilizar o que cada um pode e sabe fazer melhor, não atuando de forma complementar, não interagindo e, nalguns casos mesmo, não se conseguindo ir ultrapassando as pequenas dificuldades.

Também nos questionaremos para que serve pensar e programar caminhos de futuro, quando os recursos humanos, materiais, e sobretudo financeiros, nos faltam nos dias de hoje de uma forma tão gritante.

Mas será exatamente por isso mesmo que hoje, mais do que nunca, há que saber escolher, escolher bem, e trabalhar num quadro limitado de opções.

É bem notório e conhecido que se encontram mais facilmente situações de maior sucesso (em termos de níveis de desenvolvimento, concretização de projetos individuais e coletivos, e de maior projeção internacional) em cidades e territórios que estabeleceram e conseguiram trilhar um rumo certo e bem definido, tendo como base de trabalho uma mesma Visão, objetivos e áreas de atuação muito bem definidas, ao longo de períodos de tempo bastante constantes ao longo dos anos.

É por isso mesmo que se desenham e programam os Planos de Ordenamento Regionais e Municipais, que se desenha uma Estratégia de Desenvolvimento Regional, que aparecem instrumentos de planeamento empresariais (como o Master Plan da ANA para o aeroporto de Faro, tendo em atenção todo o seu território de influência), e que em Faro se elaborou em 1996 o nosso primeiro Plano Estratégico.



Decorreram também dessa convicção os documentos de planeamento que suportaram este documento (nomeadamente os já anteriormente elaborados internamente ao Município de Faro), e têm sido acompanhados os subsequentes documentos de planeamento territorial e/ou sectorial, que se encontram em vias de ser elaborados ou concluídos.

Cada um destes instrumentos de planeamento tem o seu papel, e embora sujeitos à crítica construtiva e mesmo a algumas alterações e correções, eles fixam-nos o nosso quadro de trabalho tendo em vista assegurar que o nosso quadro de atuações, de decisões e de investimentos, nos conduz para um determinado caminho.

Recorde-se em particular a exigência de dispormos de uma Estratégia de Desenvolvimento Regional que estabeleça as prioridades do Algarve para a aplicação dos financiamentos comunitários; sem ela, não seria possível estabelecer prioridades, e reservar os recursos financeiros para a sua aplicação nas áreas e projetos que, acreditamos nós, terão o melhor impacto nos grandes objetivos de desenvolvimento.

Aproximando-se um próximo período de programação dos fundos comunitários, sendo cada vez mais escassos os recursos próprios (humanos, materiais e financeiros), e sendo obrigação nossa trabalhar, individual e coletivamente, para que Faro melhore o seu nível de vida e de funcionamento, pensamos que se exigirá apresentar um quadro bem seletivo de iniciativas, mediante as quais se vise ir trilhando um caminho que nos leve, no futuro, a um estágio de desenvolvimento que promova uma maior felicidade e bem-estar coletivo.

Sendo um processo naturalmente exigente e frágil, pois dependerá da forma como os interesses individuais (de pessoas e organizações) e coletivos (entre as próprias entidades públicas, por exemplo, como atuarão no futuro) se virão a comportar, pensamos, no entanto, que faz falta a Faro dispor de um documento no qual seja possível apresentar o nosso grande desígnio, as grandes apostas que pensamos servirem da melhor forma às expectativas e interesses de cada um dos seus atores, e procurar que estes atuem da forma mais empenhada, consequente, e prolongada no tempo, quanto vier a ser possível.

Esse documento pretende-se que seja este Plano Estratégico, e que o mesmo seja analisado, debatido, criticado, mas sobretudo aceite e assumido pelas principais entidades, instituições e organizações locais. Não será naturalmente fácil, se possível, no que vier a ser a concretização de iniciativas, atividades, projetos ou programa de trabalho a curto prazo. Mas será certamente desejável que, no que respeita à visão de longo prazo e do que pretendemos ser no futuro, exista uma sua aceitação generalizada, e que tais desígnios passem a ser aceites como um processo em que a maioria dos atores se manterá empenhada no futuro.

De facto, um território sem estratégia dificilmente será um território competitivo, no mundo global em que vivemos hoje. Porém, a estratégia só terá eficácia se for prosseguida, ou seja, se os decisores, os técnicos, os investidores, os empresários e por último os cidadãos se reverem nela e tomarem a responsabilidade de a aplicarem no tempo e no terreno.

Faro tem-se caracterizado por uma certa inércia perante a necessidade da modernização e da inovação, cada vez mais imprescindíveis para a competitividade. A cidade tem gozado o seu estatuto de capital de distrito, sem grandes preocupações competitivas, chegando ao século XXI acomodada à sombra da projeção que a concentração de serviços administrativos lhe tem permitido ter sobre a região ao longo do tempo. Sabemos hoje, que tal atitude não é suficiente para atrair investimento, outros serviços e competências especializados, empresas e pessoas.

Há que ir mais além e, para isso, há que concertar esforços, alinhar intenções e convergir ações para otimizar recursos e ampliar resultados. De um tal esforço sairão ganhadores a cidade, o concelho e os farenenses.

Para tanto, será necessário abdicar de um certo individualismo que nos caracteriza e nos impede de ter uma visão mais alargada da nossa envolvente, será necessário assumir uma atitude proactiva, cívica e interventiva na resolução dos problemas da cidade e do concelho, ao invés de esperarmos que a solução



---

surja do nada ou que outros resolvam por nós. Trata-se de assumir os princípios da cidadania não apenas para reivindicarmos os nossos direitos, mas, sobretudo, para assumirmos os nossos deveres refletidos numa ação convergente para construir um futuro comum. Um futuro de que os farenses se orgulhem!

Estamos pois a falar de prepararmos um quadro de apostas a concretizar num prazo de trabalho bastante longo, razão que justifica que este Plano nos venha a orientar para intenções e compromissos a concretizar até 2025, sendo que não deixaremos de tomar em linha de conta que delas deverão fazer parte um conjunto amplo de ações, estudos, projetos e investimentos que deverão ser preconizados para um prazo de 2 a 5 anos, a incluir no que se designará por Plano de Ação Local.

Este documento, no entanto, é uma Versão Resumida do Plano Estratégico Faro 2025, o qual é composto por 4 Capítulos, sendo que o Capítulo 1., é dedicado à sumarização dos aspetos que se consideram mais relevantes no conjunto do mesmo, facilitando uma primeira leitura do mesmo. No Capítulo 2., procura-se destacar alguns elementos de caracterização do território, bem como efetuar uma avaliação crítica sobre o “estado de desenvolvimento” do concelho de Faro nos dias de hoje, de modo a apresentar, desde logo, um conjunto de desafios e apostas-quadro para o futuro. Ao Capítulo 3 corresponde a apresentação do Programa Estratégico dentro do qual se sistematizam os grandes eixos de desenvolvimento, apostas estratégicas, medidas e linhas de ação para o médio e longo prazo, e o Capítulo 4 permite a descrição de algumas das atividades, ações, projetos e obras que poderão constituir uma proposta base para um Programa de Ação pela Sustentabilidade, ou seja já o grupo de iniciativas que se defende sejam executadas a curto e médio prazo.



## 1 Sumário Executivo

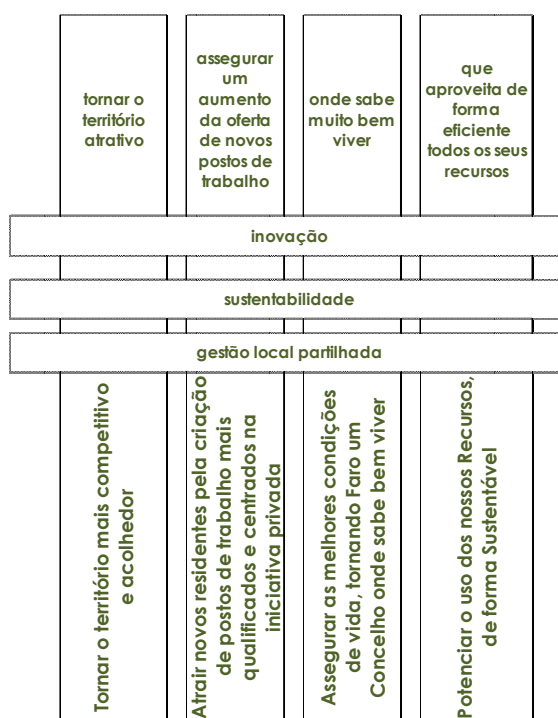
O **Plano Estratégico de Faro 2025** visa criar um rumo orientador e convergente para o desenvolvimento económico e social do concelho nos próximos anos, naturalmente integrando as preocupações que assolam a nossa atualidade, como sejam preocupações ambientais e de coesão social e territorial.

A **metodologia** seguida foi participativa, tendo-se auscultado as forças vivas e representativas dos interesses locais, bem como a população em geral, tanto na fase de diagnóstico como na fase prospetiva de definição da visão, das políticas de desenvolvimento e da estratégia.

Na avaliação crítica da realidade concelhia e na deteção de oportunidades foram identificados os **elementos críticos** chave sobre os quais é prioritário trabalhar:

- ✓ **Território e ambiente:** instrumentos de gestão territorial / políticas urbanas / infraestruturas / equipamentos / acessibilidades / espaços verdes e de lazer;
- ✓ **Turismo e património:** aumento da capacidade hoteleira / acolhimento de segmentos emergentes compatíveis com os recursos locais / regeneração urbana;
- ✓ **Desenvolvimento económico e social:** organização administrativa / melhoria do funcionamento dos serviços públicos / estabelecimento de redes de cooperação público-privada especialização económica em setores ou subsetores com potencial / criação de cadeias de valor intersectoriais / formação e qualificação de recursos humanos;
- ✓ **Juventude:** criar condições para a fixação de jovens (habitação/emprego);
- ✓ **Frentes ribeirinhas:** qualificação ambiental e paisagística / regeneração urbana / aproveitamento do potencial da Ria Formosa / articulação entre as diferentes tutelas;
- ✓ **Mobilidade e transportes:** incentivo à utilização de transporte coletivo (TC) e de modos suaves / implementar a intermodalidade / articulação de horários, bilhética e frequências do TC;
- ✓ **Identidade e promoção:** exploração de atributos / criação de imagem / marketing territorial.

Nesta sequência foram definidas as **linhas de força** que deverão enquadrar a estratégia de desenvolvimento:







Na construção do **programa estratégico** tiveram preponderância:

- ✓ a **Visão** – *o melhor local para se viver a sul*
- ✓ as **Apostas** – *tornar o território mais atrativo*
  - *oferta de postos de trabalho*
  - *qualidade de vida*
  - *assegurar o futuro*
- ✓ os **Eixos de Desenvolvimento**
  - *promover uma gestão local em rede, integrada, comprometida com o futuro e próxima dos cidadãos*
  - *valorizar o ambiente, bem como a coesão social e a cooperação institucional*
  - *desenvolver o conhecimento para a competitividade e a inovação*
- ✓ os **objetivos estratégicos**
  - (i) *tornar o território mais competitivo e acolhedor*
  - (ii) *atrair novos residentes pela criação de postos de trabalho mais qualificados e centrados na iniciativa privada*
  - (iii) *assegurar melhores condições de vida, tornando Faro um concelho onde sabe bem viver*
  - (iv) *potenciar o uso dos nossos recursos de forma sustentável*
- ✓ as **políticas / medidas** (com referência aos objetivos estratégicos) –
  - I.
    - assegurar que as novas áreas de expansão urbana assumem elevados níveis de qualidade urbanística / implementando as adequadas regras de desenvolvimento e gestão urbana;
    - apostar na revitalização das zonas históricas e outros espaços urbanos / utilizando mecanismos de demonstração e estímulo e criando os adequados instrumentos de incentivo à regeneração urbana;
    - concretizar os equipamentos e infraestruturas ainda em falta / programando os investimentos e modelo de financiamento e exploração de forma adequada aos recursos disponíveis;
    - desenvolver espaços e áreas urbanas funcionais para tornar o concelho mais atrativo para viver e trabalhar / promovendo Faro como cidade do conhecimento, alicerçada na sua história mas que aposta nos jovens e nas novas oportunidades;
    - apostar na juventude e nas suas capacidades criativas / sendo empreendedores de forma inteligente, através da inovação e da criatividade, desde a cultura à criação de empresas, passando pelo lazer e desporto e atraindo jovens nacionais e europeus;
  - II.
    - promover o desenvolvimento de novas áreas de atividade económica e de acolhimento empresarial e reforçar as cadeias de valor a nível regional / promovendo a criação de zonas de instalação empresarial;
    - apostar no desenvolvimento de sinergias empresarias regionais, com vista à internacionalização da economia / promovendo iniciativas destinadas à cooperação empresarial;
    - promover a concertação operativa dos serviços públicos, ao serviço da estratégia local e regional / assegurando a criação de uma plataforma de compromisso para o curto e médio prazo;
    - tornar mais eficaz o funcionamento global da administração pública / prestando respostas claras, céleres e completas às solicitações de cidadãos e empresas;
  - III.
    - tornar mais atrativas as frentes ribeirinhas e a Ria Formosa / qualificando e reforçando a oferta de atividades que permitam tirar todo o partido do Parque Natural;
    - criar novas áreas e espaços de lazer para incremento da vivência dos espaços públicos urbanos / promovendo o aparecimento de novas áreas qualificadas para a prática do desporto, do lazer e vivência urbana;



- reabilitar e valorizar o património, o centro histórico e os espaços urbanos / tornando-o mais vivo e dinâmico do ponto de vista socioeconómico, com vista a atrair mais residentes e turistas;
  - reforçar a identidade e a cultura local, suportadas na nossa história / desenvolvendo programas inovadores de iniciativas formativas, de produção e animação cultural, dirigidas à população local e visitantes e envolvendo os atores locais;
  - apostar na valorização e promoção dos atrativos de visita e estadia turística / por via da implementação do Plano de Desenvolvimento Turístico, centrado no património, na cultura, ambiente, desporto e lazer, com uma função agregadora do desenvolvimento local;
- IV.
- colocar a I&D da Universidade ao serviço da economia regional para incremento da competitividade dos produtos endógenos / promovendo o aparecimento de projetos de I&D contratualizados com empresas da região que valorizem os nossos recursos e produtos, dando-lhes visibilidade e reconhecimento;
  - assegurar o uso mais eficiente possível dos equipamentos públicos existentes / promovendo o envolvimento dos atores locais na sua dinamização, bem como a criação de sinergias com os restantes equipamentos regionais;
  - assegurar uma mobilidade urbana mais sustentável / garantindo as acessibilidades, uma boa rede viária e um sistema de transportes públicos que promova a redução do recurso ao transporte individual;
  - contribuir para uma economia e ambiente urbano mais verdes, com maior eficiência energética / promovendo a implementação do Plano de Sustentabilidade Energética.
- ✓ No âmbito das **ações e projetos**, as primeiras procurarão prosseguir as políticas e medidas formuladas e adequar-se-ão a cada um dos domínios de intervenção, desde a gestão e da reabilitação urbana e da qualificação do espaço público, passando pelo equipamento e infraestruturação, até ao domínio do desenvolvimento social, económico e cultural, não esquecendo as questões ambientais e de governança. Os segundos focar-se-ão nos projetos prioritários e estruturantes, essenciais para manter e aumentar o nível de serviço prestado pelo concelho.
  - ✓ Não foram esquecidas as **fontes de financiamento**, fazendo-se no final do documento um apontamento preliminar dos possíveis recursos financeiros sobre os quais as ações e projetos deverão assentar, independentemente de se tratar de responsabilidades públicas e/ou privadas.
  - ✓ Há ainda a salientar as questões da governança, caminhando-se, nos dias de hoje, cada vez mais para modelos de gestão partilhada das responsabilidades locais.

Por meio dos desafios e apostas que este documento sistematiza, este novo Plano Estratégico para Faro deverá pois ser encarado como uma plataforma de interligação e de orientação na atuação individual e coletiva por parte das mais diversas entidades públicas, privadas e associativas, as quais, defende-se, deverão estimular atitudes claras e concretas em prol de uma atuação cada vez mais responsável no domínio dos principais eixos ligados ao desenvolvimento sustentável.

Faro tem um conjunto de grandes desafios pela sua frente nos próximos anos, que percorrem todas as grandes áreas de atuação em prol de um desenvolvimento mais sustentável (respeitando as preocupações ambientais, dinamizando a economia local, favorecendo a coesão e inclusão social, e contando com um grande compromisso no trabalho de conjunto por parte dos seus principais atores).

Pensamos no entanto que a capacidade de oferecer novos postos de trabalho, e a atração de novos residentes (visando evitar a sua fixação nos concelhos vizinhos a que assistimos como tendência dos últimos anos) serão aqueles em que nos deveremos concentrar, pois tudo o que fizermos nesse sentido corresponderá naturalmente a iniciativas que também virão, obrigatoriamente, ao encontro da satisfação das necessidades e expectativas dos nossos atuais residentes e visitantes.

Sendo naturalmente bastante mais difícil de construir novos equipamentos e oferecer mais atividades e serviços em tempos de crise como a que hoje em dia atravessamos, a realidade da carência de recursos, obrigam-nos necessariamente a escolhas mais criteriosas e a uma clara hierarquização de prioridades, num trabalho que corresponderá à definição de uma aposta estratégica partilhada por todos os intervenientes públicos, privados e de carácter associativo.



## visão

o melhor local para se viver,  
ao Sul de Portugal

## apostas

promover uma melhor gestão  
dos espaços urbanos e rurais

conseguir criar mais postos de  
trabalho

assegurar o futuro

melhorar a qualidade de vida  
em Faro

assegurar uma melhor  
organização territorial

dinamizar a economia local

qualificar os fatores que  
influenciam a qualidade de  
vida em Faro

valorizar a natureza e a  
paisagem, como parte dos  
nossos melhores recursos

Promover uma organização e um  
sistema de gestão do território que  
o torne mais atrativo, dinâmico e  
competitivo

Apostar numa maior dinâmica  
económica, e geração de novos  
postos de trabalho, suportada no  
conhecimento e em melhores  
serviços públicos, bem como na  
valorização dos recursos e  
produtos locais

Valorizar a vivência urbana e  
social no concelho, em torno dos  
seus elementos de bem estar e  
atributos de qualidade de vida

Saber tirar partido dos  
equipamentos públicos, espaços  
urbanos, rurais e naturais, no  
respeito, salvaguarda e  
valorização ambiental

tornar o território  
atrativo

assegurar um aumento  
da oferta de novos  
postos de trabalho

onde sabe muito bem  
viver

que aproveita de forma  
eficiente todos os seus  
recursos

## eixos de desenvolvimento

um território Inteligente

sustentável e inclusivo

com ambição

## objetivos estratégicos

Tornar o território mais  
competitivo e acolhedor

atratividade

Atrair novos residentes pela  
criação de postos de trabalho  
mais qualificados e centrados  
na iniciativa privada

emprego

Assegurar as melhores  
condições de vida, tornando  
Faro um Concelho onde sabe  
bem viver

identidade, cultura e  
equidade social

Potenciar o uso dos nossos  
Recursos, de forma  
Sustentável

ambiente e energia

eixos de  
desenvolvimento

inteligência =

promover uma gestão local em rede, integrada, comprometida  
com o futuro, e próxima dos cidadãos

sustentabilidade =

valorizar o ambiente, bem como a coesão social e a  
cooperação institucional

ambição =

desenvolver o conhecimento p<sup>a</sup> a competitividade e a inovação

apostando num melhor  
aproveitamento da Ria  
Formosa, zonas costeiras,  
aeroporto e agricultura

tendo em conta o papel da  
Universidade e das empresas  
mais dinâmicas

tirando partido dos  
equipamentos culturais,  
escolares, desportivos e dos  
serviços de saúde

aproveitando as vantagens do  
clima e espaços naturais



---

## Programa Estratégico

O Programa Estratégico que a seguir se apresenta suporta-se numa lógica de identificação das grandes apostas, desafios e compromissos de trabalho que Faro terá pela frente nos próximos anos, por forma a conseguir assegurar um rumo sustentável e equilibrado para o seu processo de desenvolvimento, ao serviço em especial dos seus residentes e das atividades económicas aqui instaladas.

Conforme se irá compreendendo ao longo deste capítulo, trata-se de desafios colocados a todos, desde o simples indivíduo até às próprias organizações nacionais e entidades governamentais que aqui atuam e terão uma especial influência, no que for construído e implementado a curto e médio prazo.

Como em qualquer outra organização complexa, e os territórios serão das unidades mais complexas onde de combinam, defrontam mas também se conjugam e exercem pesadas influências, caberá sobretudo aos seus atores mais relevantes e com mais poder de influência e de gestão, atuarem de forma complementar e concertada tendo em vista um mesmo desafio de futuro.

Começaremos portanto pela apresentação da visão e das apostas de médio e longo prazo, por via dos 3 principais eixos de desenvolvimento comuns ( transversais ) aos 4 objetivos estratégicos que estabelecemos, estes de carácter marcadamente estruturante sobre o nosso caminho e processo de desenvolvimento futuro.

Em termos esquemáticos teremos:

**VISÃO**

**4 Apostas**

**4 objetivos estratégicos**  
**3 eixos de desenvolvimento**



## 2.1 Visão

Pelo apontar de uma visão pretende-se estabelecer uma ambição de longo prazo, como posicionamento ideal do concelho de Faro no quadro do território regional, nacional e mesmo internacional.

Faro, tal como a grande maioria das cidades portuguesas nos próximos anos, enfrenta o desafio de conseguir alcançar um maior ritmo de crescimento e um maior nível de dinamização económica, única forma de gerar novos postos de trabalho e de fixar novos residentes.

Serão estes certamente os eixos que se terão de trabalhar de forma bastante sólida num futuro próximo.

Não sendo suficiente, termos dinâmica empresarial, comercial e de serviços, os elementos de atração serão certamente algo que nos permitirá diferenciar-nos, desde que nos concentramos também numa enorme diversidade de elementos materiais e imateriais de bem-estar e qualidade de vida.

Entende-se pois que o grande desafio em que nos deveremos concentrar, num trabalho contínuo de conjunto, e em atitudes positivas e construtivas a desenvolver por todos (entidades, instituições, associações, empresas e cidadãos em geral), será o de construirmos **Faro** como

### **o melhor local para se viver, ao Sul de Portugal**

numa atitude ambiciosa para que o concelho de Faro e em particular a sua cidade se possam posicionar como um local de vida com qualidade, orgulhoso da sua história, mas também inovador e capaz de oferecer postos de trabalho e as melhores condições de vida àqueles que conseguirmos atrair, no Algarve e em especial no seu espaço metropolitano central.



## 2.2 Apostas

As apostas constituem-se nas grandes vias de afirmação de Faro, enquanto elementos âncora de trabalho, para as quais deverão concorrer os objetivos estratégicos, as políticas e as medidas / tipologias de ação.

Num raciocínio que poderá corresponder à soma, ou mesmo sequência, de grandes passos no caminho de um desenvolvimento sustentado, e sustentável, identificaram-se como principais compromissos de trabalho a necessidade de dispormos de um território mais atrativo, que possa captar e fixar novas empresas e residentes, qualificando todos os elementos e fatores que contribuem diretamente para as condições de vida, no respeito pelos recursos naturais e fatores de sustentabilidade ambiental.

assegurar uma melhor  
organização territorial

dinamizar a economia local

qualificar os fatores que  
influenciam a qualidade de  
vida em Faro

valorizar a natureza e a  
paisagem, como parte dos  
nossos melhores recursos

Apostando-se pois nos seguintes 4 grandes elementos de trabalho para o futuro:





## Apostas para o futuro de Faro

### 2.2.1 um território organizado de forma a que se melhorem as condições de ocupação empresarial, as acessibilidades e a mobilidade, bem como o quadro de vida para os seus residentes : um território atrativo

Promovendo um território de forma organizado com melhoria no investimento de ocupação empresarial, dispondo de condições e escolhas de acessibilidade e mobilidade no que concerne ao seu desenvolvimento, bem como à qualidade de vida das populações.

É necessário um modelo de gestão que torne mais atrativo, dinâmico e competitivo, para melhorar as capacidades de uso do solo e respetivas condições de ocupação

### 2.2.2 uma aposta clara na criação de novos postos de trabalho : assegurar maior empregabilidade

Apostando num maior dinamismo dos níveis de atividade económica, suportada no conhecimento e em melhores serviços públicos, facilitando e estimulando o investimento privado, como via para serem gerados novos postos de trabalho, bem como para a valorização dos recursos e produtos locais.

### 2.2.3 um concelho onde sabe muito bem viver: apostando na qualidade de vida

Valorizando a vivência urbana e social no concelho, em torno dos seus direitos de bem estar, essenciais à melhoria da qualidade da vida da população através de atividades de lazer e desportivas.

### 2.2.4 no qual se aproveitam de forma sustentável todos os recursos: promovendo a salvaguarda do ambiente e do desenvolvimento

Pretende-se que o modelo que Faro venha a seguir tenha em conta os desafios, mas também as oportunidades, decorrentes das alterações climáticas, das necessárias medidas de eficiência energética e de todo um quadro de atuação mais sustentável, salvaguardando e valorizando o ambiente através dos espaços urbanos, rurais e naturais.



## 2.3 Eixos de Desenvolvimento

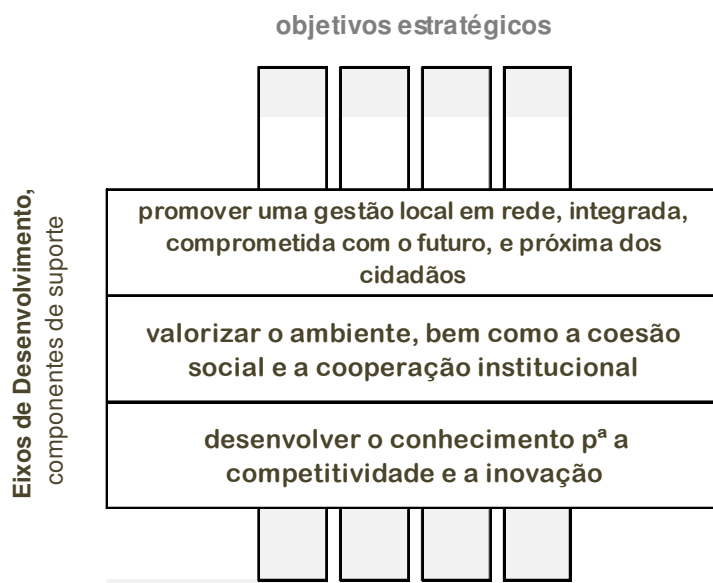
Enquanto componentes de suporte, atuam junto dos objetivos e atuações estratégicas, funcionando como linhas de força do processo de desenvolvimento e elementos de acompanhamento permanente, assegurando uma atuação integrada e transversal às apostas estratégicas, políticas, medidas e tipologias de ação.

Como será mostrado em seguida, aquando da explicitação do que se pretende desencadear por meio destas linhas de força, de motivação, mas também de confiança no futuro, apresentam-se em seguida as 3 grandes linhas de conduta permanentes (de continuidade no tempo e de interligação com o processo de desenvolvimento), que se cruzam com os principais pilares de afirmação futura (objetivos estratégicos), e que são assentes:

na forma como a sociedade se comporta e atua (através dos seus órgãos representativos de poder e de gestão, mas também por parte da sociedade civil e das empresas),

no peso dado aos 4 grandes pilares de um desenvolvimento mais sustentável (ambiente, desenvolvimento económico, coesão social, e cooperação institucional),

na certeza de que teremos de atuar cada vez mais de uma forma mais eficaz, eficiente e promovendo sempre a qualidade de vida, de trabalho, e de funcionamento da sociedade, ou seja, sendo mais inteligentes no nosso dia a dia, individual e coletivo.







## EIXOS DE DESENVOLVIMENTO PRECONIZADOS

## MEDIDAS

promover uma gestão local em rede,  
integrada, comprometida com o  
futuro e próxima dos cidadãos

**sermos inteligentes**

construir um modelo de gestão  
partilhada aos mais diversos níveis

apostar no desenvolvimento de  
sinergias de cooperação e trabalho,  
a nível regional e internacional

conhecer e dar a conhecer Faro

valorizar o ambiente, bem como a  
coesão social e a cooperação  
institucional

**garantindo a  
sustentabilidade e a  
inclusão**

promover a salvaguarda do meio  
ambiente

assegurar um apoio social e inclusivo  
aos mais desfavorecidos

desenvolver os instrumentos  
dedicados à gestão integrada de  
infraestruturas e equipamentos

desenvolver o conhecimento p<sup>a</sup> a  
competitividade e a inovação

**ter ambição**

colocar a I&D Universitária ao  
serviço das empresas e do sector  
público

fomentar as indústrias criativas  
junto da comunidade jovem e  
entidades locais

promover a formação para o (auto)  
emprego



## 2.4 Objetivos Estratégicos

Estabelecer os pilares centrais para a construção de um território mais qualificado e atrativo, implica estabelecer as grandes linhas de conduta, de trabalho e de afirmação, a partir das quais se definirão as políticas e medidas / tipologias de ação.

Esses pilares são os nossos objetivos estratégicos, para cuja concretização deveremos trabalhar no futuro, por via, nomeadamente, das atuações e projetos estruturantes.

Para que possa concentrar os seus esforços e as suas apostas Faro deverá ter claramente assumidas algumas linhas de trabalho, que se consideram como centrais na estruturação do território, bem como no estabelecimento de um quadro de vida favorável à atração de residentes e visitantes.

Entendidos como estruturantes e definidores das grandes linhas de trabalho, porque concentram em si as grandes linhas de força na condução da gestão territorial, mas também de orientação às principais decisões que se vierem a tomar, os objetivos estratégicos deverão pois ser entendidos como as apostas centrais de estruturação dos principais programas de atuações a partir de agora:

Conforme já apresentado, os nossos objetivos deverão centrar-se no território, nas pessoas, na qualidade de vida e numa utilização mais eficiente dos nossos principais recursos:

|                          |  |   |   |  |
|--------------------------|--|---|---|--|
|                          | <b>Tornar o território mais competitivo e acolhedor</b>                                      | <b>Atrair novos residentes pela criação de postos de trabalho mais qualificados e centrados na iniciativa privada</b> | <b>Assegurar as melhores condições de vida, tornando Faro um Concelho onde sabe bem viver</b> | <b>Potenciar o uso dos nossos Recursos, de forma Sustentável</b> |
|                          | <b>atratividade</b>  | <b>emprego</b>  | <b>identidade, cultura e equidade social</b>  | <b>ambiente e energia</b>  |
| eixos de desenvolvimento | <b>inteligência =</b>  | promover uma gestão local em rede, integrada, comprometida com o futuro, e próxima dos cidadãos                       |   |  |
|                          | <b>sustentabilidade =</b>  | valorizar o ambiente, bem como a coesão social e a cooperação institucional   |   |  |
|                          | <b>ambição =</b>   | desenvolver o conhecimento p <sup>a</sup> a competitividade e a inovação  |   |  |
|                          | apostando num melhor aproveitamento da Ria Formosa, zonas costeiras, aeroporto e agricultura | tendo em conta o papel da Universidade e das empresas mais dinâmicas  | tirando partido dos equipamentos culturais, escolares, desportivos e dos serviços de saúde    | aproveitando as vantagens do clima e espaços naturais            |



Apresentam-se como grandes objetivos estratégicos

**2.4.1 Tornar o território mais competitivo, acolhedor e atrativo**

**2.4.2 Atrair novos residentes pela criação de postos de trabalho mais qualificados e centrados na iniciativa privada**

**2.4.3 Assegurar as melhores condições de vida, tornando Faro um concelho onde sabe bem viver**

**2.4.4 Potenciar o uso dos nossos recursos, de forma sustentável**

Tendo naturalmente presente o peso territorial dos espaços agrícolas, naturais e paisagísticos, importará assegurar a sua preservação e valorização, mas também tomar em consideração os desafios crescentes provocados pelas alterações climáticas e avanços científicos mais recentes, de modo a que se possam vir a concretizar os necessários investimentos destinados a novos ganhos no domínio da eficiência energética e da proteção ambiental, mas também daqueles investimentos que aproveitam de forma equilibrada e sustentável todos os recursos locais existentes.



## 2.5 Políticas e Medidas

Por políticas entendem-se todo o conjunto de atitudes e princípios de atuação que funcionam como elemento de impulso, mas também de condução e orientação à implementação do conjunto de medidas e linhas de ação.

As medidas funcionam como elemento agregador e de consolidação das tipologias de ação.

Estas, por seu lado, são as bases de trabalho à programação e definição de ações no âmbito do futuro plano de ação local.

A partir dos objetivos estratégicos interessa agora sistematizar as propostas de orientação e de trabalho, que promovam o aparecimento de projetos e iniciativas que possam vir a contribuir para a concretização desses mesmos macro objetivos.

Para tal não bastará identificar iniciativas, projetos ou ações, que a médio e longo prazo não serão mais do que pequenos ou médios contributos para as necessárias alterações estruturais no território, mesmo que diretamente ligadas à satisfação das expectativas dos residentes e empresas.

Reconhecendo-se a sua importância, e para cuja concretização será também ainda necessário afetar recursos de acordo com uma determinada linha de prioridades e opções, há no entanto que começar por descrever e promover a adoção de determinados princípios base de atitude e de orientação no trabalho a efetuar, por parte dos mais diversos setores da sociedade, bem como de todos os níveis de governação (desde o nível governamental até ao Executivo Municipal), que contribuam de uma forma abrangente para a concretização dos objetivos estratégicos, por meio de políticas de atuação, e estas por sua vez deverão ser concretizadas por meio de medidas ou seja, por conjuntos de atuações, projetos, iniciativas e ações.

4 objetivos estratégicos

3 eixos de desenvolvimento

Políticas / Medidas

tipologias de projetos



Estabeleceram-se portanto diversos quadros de orientação e trabalho, partindo-se de cada um dos objetivos estratégicos anteriormente enunciados para os descrever através das políticas e medidas de atuação que se pensam mais estruturantes e prioritárias.

| POLÍTICAS  | OBJETIVOS ESTRATÉGICOS   |
|--|--|
| <b>2.5.1 Assegurar uma gestão territorial que favoreça a atratividade e a qualidade de vida</b><br><b>2.5.2 Tornar o território mais dinâmico e atrativo</b>           | Tornar o território mais competitivo, acolhedor e atrativo   |
| <b>2.5.3 Fortalecer o acolhimento e a dinâmica empresarial</b><br><b>2.5.4 Colocar os serviços públicos ao serviço do desenvolvimento</b>                              | Atrair novos residentes pela criação de postos de trabalho mais qualificados e centrados na iniciativa privada |
| <b>2.5.5 Qualificar e dinamizar as áreas urbanas</b><br><b>2.5.6 Apostar na valorização das nossas potencialidades ao nível do Património, da Cultura e do Turismo</b> | Assegurar as melhores condições de vida, tornando Faro um concelho onde sabe bem viver                         |
| <b>2.5.7 Aproveitar da melhor forma os nossos Recursos e Equipamentos</b><br><b>2.5.8 Assegurar um uso sustentável dos Recursos Energéticos</b>                        | Potenciar o uso dos nossos recursos de forma sustentável   |

As políticas enunciadas integrarão um conjunto de medidas que serão concretizadas através de ações e projetos.

Porém, essas ações e projetos pelo seu grau de precisão e objetividade antecederão, respetivamente, a implementação e a obra propriamente ditas, deverão os mesmos ser desenvolvidos no âmbito de um Plano de Ação Local que operacionalizará este Plano Estratégico e será desenvolvido subseqüentemente.

No âmbito deste Plano Estratégico, procurámos, contudo, definir tipologias de ações e projetos que pelo seu carácter mais genérico e flexível, permitirão, no quadro da elaboração do Plano de Ação Local precisar e adequar as ações e projetos aos objetivos PEF2025. Assim e de seguida apenas apresentaremos os projetos prioritários para o concelho.



## 2.6 Projetos prioritários

Perante os desafios com que Faro se defronta, em especial pela falta de recursos e pela diversidade de soluções que faltam implementar, haverá ainda muito trabalho pela frente até que nos possamos dar por satisfeitos quanto à oferta de equipamentos e serviços, em especial de natureza pública que importará concretizar.

Avançando-se em seguida para uma apresentação daqueles que, na sua maioria, são já hoje reconhecidos como importantes e necessários, importará, no entanto, num momento próximo, acautelar uma sua análise mais completa (no que, por exemplo, respeitar ao seu “estado de maturidade” em termos de estudos prévios, projetos e esforço de investimento) visando, em especial, a necessária hierarquização no tempo, face aos resultados que poderão atingir com sua construção e/ou operacionalização.

Na identificação que se pretende em seguida apresentar foram tidos em especial atenção, o que poderemos designar por “critérios relativos ao seu contributo para o cumprimento dos objetivos estratégicos anteriormente apresentados” (na medida em que sem eles não se poderão gerar as transformações necessárias ao atual status quo), bem como uma sua sistematização pela função que terão naturalmente que ter no futuro, quanto ao seu papel no processo de desenvolvimento de Faro.

A sua apresentação decorrerá portanto apenas pela função que desempenham e sem qualquer intenção de hierarquização em termos de importância, ou prioridade que agora se pudesse atribuir.

|                 | designação                         | promotores  | fonte de financiamento |
|-----------------|------------------------------------|-------------|------------------------|
| Acessibilidades | Conclusão da Circular Norte a Faro | Governo     | pública                |
|                 | Execução da ligação à A22 pela N2  | Governo     | pública                |
|                 | Conclusão das obras do aeroporto   | Vince / ANA | privada                |
|                 | Centro intermodal de Transportes   | CMF / EVA   | publica e privada      |
|                 | Porto Comercial                    | Governo     | pública                |
|                 | Rede de Ciclovias                  | Município   | pública                |
|                 | Doca de recreio exterior           | Governo     | publica e privada      |
|                 | Parques Empresariais               | Município   | publica e privada      |



|                                    | designação  | promotores             | fonte de financiamento |
|------------------------------------|---|------------------------|------------------------|
| Regeneração e revitalização urbana | Regeneração Urbana nos núcleos históricos (ARU's)   | Município              | publica e privada      |
|                                    | Ordenamento e Valorização da zona envolvente à Doca de Recreio de Faro                    | Clubes Náuticos        | privada                |
|                                    | Reconversão urbanística da Zona Industrial do Bom João                                    | Proprietários          | privada                |
|                                    | Reconversão urbana e paisagística da Frente Ribeirinha junto à estação da CP              | Proprietários          | privada                |
|                                    | Parque Ribeirinho (gestão e dinamização)  | Município              | pública                |
|                                    | Implementar Estrutura Verde de Faro   | Município              | pública                |
|                                    | Programa de criação e animação dos Espaços de lazer e desportivos                         | Município              | publica e privada      |
| Equipamentos                       | Museu Municipal (ampliação e modernização) e Centro de Experimentação e Criação Artística | Município              | publica                |
|                                    | Parque Tecnológico Internacional do Algarve   | Município+ UALg. +ANA  | publica e privada      |
|                                    | Área de localização empresarial do Areal Gordo  | Proprietários          | publica e privada      |
|                                    | Ampliação do mercado abastecedor  | SIMAB                  | publica e privada      |
|                                    | Áreas de desporto e lazer   | Município              | publica                |
|                                    | Centro Internacional de Treino e Competição do Farol                                      | Clube Náutico          | publica                |
|                                    | Cais p <sup>a</sup> a pequena pesca e mariscultura  | Governo                | publica                |
|                                    | Programa de eficiência energética na iluminação pública                                   | Município + EDP        | privada                |
|                                    | Sistema de gestão integrada de infraestruturas e serviços públicos urbanos                | Município + operadores | publica e privada      |



|                               | designação   | promotores             | fonte de financiamento         |
|-------------------------------|--|------------------------|--------------------------------|
| Funções Públicas e Serviços   | Parque habitacional para pessoas carenciadas                           | Município              | publica                        |
|                               | Interoperabilidade dos serviços públicos por via de banda larga        | Governo +Municípios    | publica                        |
|                               | Sistema integrado de mobilidade e transportes públicos                 | Governo +Municípios    | publica                        |
| Eventos, Iniciativas          | Programa de eventos temáticos, na Vila Adentro                         | Município              | publica                        |
|                               | Programa de Iniciativas náuticas                                       | Município              | publica                        |
|                               | Programa e eventos desportivos, para todos                             | Município              | publica                        |
|                               | Programa de atividades marítimo-turísticas e desportivas               | Município +associações | publica, privada e associativa |
| Cooperação e trabalho em rede | Rede Urbana para a Competitividade e Inovação Algarve Central          | Municípios             | publica                        |
|                               | Rede de atendimento e acessos integrados a nível intermunicipal        | Municípios             | publica                        |
|                               | Pacto territorial para o desenvolvimento local                         | Municípios             | publica                        |
|                               | Plano estratégico para a cooperação internacional e o trabalho em Rede | Município              | publica                        |
|                               | Agenda local 21  | Município              | publica                        |





## 2.7 Fontes de financiamento

Estando já hoje muito limitados pela atual conjuntura, de fraco dinamismo económico, redução do poder de compra e fracos níveis de realização de novos investimentos, e em simultâneo, confrontados com a dura realidade de que nos próximos anos não poderemos ter expectativas de uma grande abundância de recursos financeiros num futuro próximo.

Importa no entanto refletir sobre o leque de oportunidades ainda disponíveis para a captação de todos os meios de financiamento a que poderemos aceder, bem como o melhor modelo para uma sua gestão de um modo tão eficaz e eficiente quanto possível, tendo em vista os efeitos dos nossos próximos investimentos e quadro de despesas para com o processo de desenvolvimento local.

Conforme preconizado no âmbito de um plano deste tipo, não são naturalmente aqui apresentados de uma forma exaustiva todo o leque de projetos, obras, aquisições e iniciativas que poderão ser considerados como os possíveis, desejáveis, ou mesmo absolutamente necessários à concretização dos objetivos estratégicos e resultados previstos de se atingirem no seu período de vigência.

É também já hoje do perfeito conhecimento de todos que, passadas algumas décadas de elevados níveis de investimento público na melhoria das condições de vida das pessoas, na criação de equipamentos e infraestruturas, bem como no desenvolvimento de projetos de estímulo e apoio ao desenvolvimento económico, durante os quais beneficiámos dos mecanismos de cofinanciamento comunitário, o Algarve inicia agora um período completamente oposto.

Às fortes diminuições dos montantes destes fundos atribuídos à região, somam-se a redução das respetivas taxas de cofinanciamento, drásticas diminuições nas receitas diretas e indiretas das autarquias, e, em contrapartida, um aumento regular, nos últimos anos, dos valores das despesas e encargos com o funcionamento e manutenção dos equipamentos e infraestruturas anteriormente construídos.

Poderemos, é certo, contar com os montantes que vierem a ser atribuídos ao Algarve no próximo quadro comunitário de apoio, no período 2014-20, mas teremos naturalmente que saber preparar muito bem essa utilização, programando-a de modo a que sejamos também extremamente eficazes e eficientes na sua utilização, atentos às prioridades e regras que vierem a ser estabelecidas.

Importará ainda, acautelando as disponibilidades necessárias ao funcionamento de equipamentos e realização de atividades e iniciativas diversas, procurar encontrar também outros meios de suporte à concretização dos investimentos ainda necessários em infraestruturas e equipamentos.

Teremos que, necessariamente, concretizar esses investimentos, mediante o recurso a novas fontes de financiamento, nomeadamente privadas, públicas, e mesmo associativas.



.....

Tenderemos ainda a aproximar-nos de novos modelos de gestão e exploração dos equipamentos, atividades e iniciativas públicas, procurando nichos na rentabilização de nichos e áreas de negócio diversificadas, e essa será necessariamente uma atitude a todos imposta.

Deverão pois ser devidamente estudadas soluções para cada uma das situações preconizadas, em função de cada situação concreta, e de modo a que se consigam cobrir os custos de investimento e os subsequentes encargos de exploração/manutenção/animação dos equipamentos e iniciativas a desenvolver, por via de receitas que possam assegurar a concretização dos nossos objetivos, num quadro de sustentabilidade que a todos interessará garantir.

Também a experiência vinda das áreas associativas será bastante útil nestes novos tempos, nomeadamente em função das crescentes dificuldades em assegurar níveis de equilíbrio entre os níveis de despesa e de receita diretas que se poderá captar dos produtos, bens e serviços oferecidos aos respetivos beneficiários.

Em resultado de algumas práticas já bem sucedidas em diversos locais e países, uma evolução dos atuais modelos de exploração e funcionamento de equipamentos de características marcadamente sociais e culturais para soluções mais próximas do mercado (com a adaptação dos seus tarifários a diferentes grupos de clientes, com diferentes níveis de poder de compra) serão também soluções que não poderão ser descuradas no futuro.

Perante estas constatações, será de esperar que o tipo de iniciativas que se possam vir a promover a curto e médio prazo, evoluam da anterior concretização de projetos de investimento em infraestruturas, equipamentos e beneficiações urbanísticas necessárias à qualificação das condições de vida, atratividade e competitividade do território, para iniciativas mais ligadas à sua qualificação, utilização, animação e promoção.

Teremos pois pela frente novas oportunidades e desafios de criarmos novas formas de organização de iniciativas, as quais poderão e deverão ser tidas em conta, também pelas vantagens daí decorrentes em termos económicos e financeiros.

Em síntese, pensamos que se deverão considerar e analisar os seguintes meios, fontes de financiamento e oportunidades de organização, para a concretização dos projetos, investimentos e ações que se venham a concretizar:

- ❖ a orientação dos meios próprios decorrentes dos orçamentos de entidades públicas, privadas e associativas, de uma forma cada vez mais apurada e exigente, derivada da sua esperada redução nos próximos anos.
- ❖ os mecanismos de financiamento comunitários, aproveitando da melhor forma as respetivas regras e condições de acesso, orientando-os claramente para as grandes necessidades e prioridades do concelho.
- ❖ fundos provenientes de novos mecanismos de financiamento, a fundo perdido ou não, de origem nacional ou comunitária.
- ❖ os recursos libertos, por via de crescentes níveis de eficiência do modelo de funcionamento de equipamentos e atividades, de modo a poder gerar meios financeiros para a sua manutenção, exploração e necessárias melhorias.
- ❖ a captação de fontes de financiamento privadas, mediante uma análise cuidada da otimização dos interesses públicos e privados em presença.
- ❖ a agregação de iniciativas, realizações e prestações de serviços, provindas da criação de novos modelos de cooperação, de trabalho em rede e de entreajuda entre as mais diversas organizações e entidades.



## 2.8 uma gestão local partilhada

Sendo inequívoco o papel e responsabilidade do Município, bem como dos restantes poderes públicos com responsabilidades setoriais, na gestão do modelo de desenvolvimento de qualquer território, existem cada vez mais, e felizmente, outro tipo de organizações com crescentes competências e capacidade de concretização de atividades, iniciativas e prestação de serviços de marcado interesse público, as quais deverão, como tal, serem também chamadas ao processo de decisão, compromisso e organização das ações consideradas como prioritárias a nível local.

Como é habitual dizer, sendo este o último capítulo, não é certamente o menos importante.

Um território não se desenvolve por via de um Plano, de um só comando, ou de uma orientação exclusiva de uma entidade, nem poderá o setor público ter a veleidade de pensar que as suas expectativas e estratégias se concretizarão automaticamente e por si só em novos modos de conduta, de funcionamento, ou na concretização das atividades preconizadas.

Qualquer processo de desenvolvimento é um caminho e um percurso, construído a partir da combinação de múltiplas atividades individuais e coletivas.

A forma como as mais diversas entidades, e de uma forma muito especial e estruturante as autoridades públicas (descentralizadas, desconcentradas, municipais) se comportarão no futuro será certamente o elemento mais decisivo para que se sucedam projetos, obras, ações e iniciativas que possam vir a concretizar as nossas expetativas.

Conhecer, compreender e reconhecer as potencialidades e desafios resultantes das opções que se tomam a nível local, nos seus reflexos e interações com o nível regional (e vice-versa), desde as influências que provocam nas decisões de escolha dos locais de trabalho e residência por parte de residentes, até à capacidade de atração de empresas, leva-nos a um primeiro reconhecimento da importância e papel decisivo que as autarquias e órgãos desconcentrados do governo detêm no modelo e processo de desenvolvimento local.

Por outro lado, sendo certo que cabe ao Município uma enorme responsabilidade na definição e gestão do quadro regulamentar, organizativo e de administração do seu território, em especial se o virmos nas suas atuações correntes e mais imediatas, também é importante de recordar que as decisões municipais dependem em elevada medida do quadro legislativo, orçamental e das orientações setoriais emitidas para o nível regional e local por parte do governo.

O que se poderá designar por governança urbana não resulta unicamente das vontades e opções municipais (e demais atores e agentes locais), e as políticas, orientações e atuações dos anos mais recentes mais não têm feito que o confirmar.



.....

Pese embora a vontade e prioridades de trabalho definidas pelo próprio Executivo municipal, há demasiadas situações e decisões estruturantes (nomeadamente ao nível do licenciamento e operacionalização de investimentos públicos, privados e associativos) que dependem ainda de forma extremamente penosa das ineficiências do aparelho de estado. Tal resultará do seu quadro organizativo e legislação em vigor, mas muito diferente seria (será) certamente se as entidades representantes ou desconcentradas do governo pudessem, ou venham a ter, capacidade e vontade de partilharem uma mesma visão e objetivos estratégicos para o desenvolvimento do concelho, e os adotem também no quadro da sua gestão regular.

Fará pois todo o sentido desenvolver o máximo de iniciativas de cooperação e mesmo da sua contratualização, num modelo que poderemos designar por de integração vertical, desde o nível governamental central, através dos seus organismos desconcentrados sempre que possível, até à própria sociedade civil a nível local (associações, instituições de solidariedade, clubes, movimentos de cidadãos, etc.), envolvendo-os no processo de entendimento e assunção partilhada de responsabilidades para a concretização de alguns dos principais projetos e ações.

Suscita-se portanto a eventual oportunidade de que este Plano Estratégico seja também formalmente analisado, apreciado e adotado por parte dos próprios organismos desconcentrados do governo, como orientador das opções e práticas no dia-a-dia, por parte dos seus responsáveis regionais, mediante, naturalmente, a validação da sua concordância e concertação com a própria Estratégia de desenvolvimento decidida para a dimensão regional, e respetivas tutelas.

A um novo nível de trabalho, e como sucede de forma generalizada em todo o mundo, os efeitos da globalização, do aumento dos níveis de informação e formação das pessoas, a rapidez no nível de trocas e intercâmbios desses mesmos dados e informações, bem como dos próprios movimentos de residentes, turistas, produtos e serviços ao nível das regiões, países e mesmo internacionais, tem vindo também a mostrar-nos a evidência de que as opções tomadas a nível local têm consequências e reflexos extremamente correlacionados e cruzados com as opções dos territórios vizinhos.

Opções e ações desencadeadas a nível local confrontam-se de forma natural e bastante imediata com as dinâmicas locais dos territórios vizinhos, o que nos leva ao reconhecimento de que, a bem do modelo e processo de desenvolvimento de uma região como o Algarve (e em reflexo disso do próprio concelho de Faro), importará que cada Município tenha a perceção clara do seu papel, recursos e potencialidades para que, de uma necessária compatibilização no quadro de uma estratégia regional das suas atuações, resultem fatores positivos para todos.

“O principal desafio à concorrência cooperativa entre cidades é o desenvolvimento de um processo estratégico de pensamento, de conversação, planeamento e ação criativa e diferenciada, mas conjunta, rumo a um futuro de sucesso responsável e sustentável” (in Seminário Cities of Tomorrow, Bruxelas 2010)

Este será portanto um primeiro desafio, o de reconhecer e procurar assegurar uma articulação e complementaridade de atuações a nível supramunicipal, nomeadamente ao nível do que poderemos designar pelo sistema urbano ou a grande área urbana de Faro, definida pelos concelhos integrantes da Rede Urbana para a Competitividade e Inovação,



---

Algarve Central (Faro, Albufeira, Loulé, Olhão, S. Brás de Alportel e Tavira), e para cujo território deverá vir a ser preparado um novo Plano Estratégico de Atuações comuns.

Não escamoteando as responsabilidades e competências autárquicas, serve este raciocínio somente para recordar que, no médio e longo prazo (sobre o qual se aplicam e têm efeito as opções e prioridades assumidas no quadro de um exercício de planeamento estratégico como o que aqui ocorre) são determinantes as opções e compromissos assumidos por parte de todos os restantes atores presentes à escala local, num nível que poderemos designar por de integração horizontal.

Neste patamar de colaboração deverão pois vir a ser chamados a intervir, propor, mas também a assumirem alguns papéis e responsabilidades, agentes tão diversos quanto as empresas privadas, as entidades associativas, ONG's, grupos de cidadãos ou mesmo comunidades de bairro.

Pensamos que será de esperar que, a estes novos níveis de governança local, seja possível encontrar parceiros capazes de assumirem uma determinada iniciativa, eventos, procedimentos, construção ou exploração de equipamentos dos mais diversos, assumindo novas responsabilidades de um modo que terá certamente reflexos no seu próprio bem-estar e qualidade de vida, num processo que terá assim melhores condições de autossustentação a médio prazo.

As atividades a desenvolver são naturalmente muitas diversas, cobrindo os mais variadíssimos setores (inclusive numa ótica trans-setorial), e abrangendo desde a gestão de equipamentos, zonas urbanas, atividades, iniciativas, até mesmo programas integrados a nível urbano, inovação social, criação e produção artística, ou de desenvolvimento económico.

Defende-se portanto que, em especial num quadro de vida socioeconómico como o que atravessaremos no período perspectivado para este Plano Estratégico, são necessários novos modelos de envolvimento e de coresponsabilização dos principais atores locais num processo de que se designa habitualmente de governança local, e o qual permita:

1. desenvolver visões comuns e abordagens partilhadas de trabalho e concretização de iniciativas a nível local, conciliando mesmo interesses e objetivos diversos, promovendo-se um modelo de desenvolvimento comum.
2. assegurar plataformas de cooperação para que, desde o nível espacial até ao nível dos equipamentos e atividades se consiga a mais eficiente utilização possível dos recursos e capacidades existentes.
3. combinar e conciliar estruturas formais e institucionais de trabalho, normalmente mais afetas a estruturas públicas ligadas à gestão local, com outros modelos de estruturas mais informais (inclusive no tempo), ajustadas exatamente à iniciativa ou programa de trabalho que venha a ser estabelecido.
4. Insistir e promover a concretização de projetos e atividades em parceria, em especial nos domínios e setores económicos e sociais mais estratégicos para Faro, nomeadamente no campo do turismo, do ambiente e natureza, da saúde, dos transportes, na cultura, juventude, desporto e nas mais diversas atividades económicas.
5. Assegurar a existência de um sistema de monitorização e acompanhamento do processo de desenvolvimento através, por exemplo, de uma avaliação regular da concretização de iniciativas que contribuam para a prossecução dos macro-objetivos e projetos prioritários anteriormente identificados.

Partindo-se exatamente da concertação em torno dos objetivos e ambições de longo prazo, promovendo-se uma atitude e posicionamento dos mais diversos atores num espírito de cooperação e trabalho comprometido com o curto e



---

médio prazo, poder-se-ão, naturalmente, atingir resultados e realizações de muito maior alcance, como todos pretendemos certamente.

Deveremos pois, a partir de agora, encetar um trabalho mais minucioso, de preparação de uma Agenda Local composta de projetos, ações, dotações financeiras ajustadas aos recursos existentes, com claras atribuições de responsabilidade a curto e médio prazo.

Preconiza-se pois que este Plano Estratégico seja em seguida vertido, nas suas componentes mais práticas e operativas, na concretização de um Plano de Desenvolvimento Local para um desenvolvimento mais sustentável, através da elaboração de uma Agenda Local 21 para Faro.